

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nachi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nachi — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Jose Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jaramel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 83ª Sessão Ordinária
Realizada em 3 de Junho de 1974. (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Olavo Ferreira.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fund Nacii — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lazáro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quêlsee Cristostomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — David Federmann — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — Nelson Buffara — Paulo Carnargo — Wilson Fortes e Xenoforte Villanueva (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n.ºs. 60-73, 18-74 e 21-74.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, ouvido o Plenário, inserção em Ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Doutor Eduardo Santos Lima, médico dedicado à sua profissão, tendo exercido com denodo, abnegação e probidade, verdadeiro sacerdote médico, por mais de 60 anos.

Diretor da Profilaxia, por vários anos.

Exerceu por três períodos consecutivos, a Prefeitura do Município Legendário da Lapa, onde com seu tino administrativo, deu provas insosfismáveis de compreensão e atendimento aos anseios populares da região. Membro do extinto Partido Republicado, em sua alta cúpula, político atuante, lega a todos nós, exemplo de bondade, humildade e correção, pelo que deixará marcada a sua trajetória de bons serviços e honradez na história paranaense.

Requer, ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1974.

(a) — Emílio Carazzai

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido, recentemente em nossa Capital, do Senhor Albino Hatschbach, pai dos Senhores Erwin, Eraldo e Gert, de tradicional família paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à rua Pe. Ildefonso, 1.202.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1974.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, requer, ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido sábado em nossa Capital do Doutor Edward Resende Pimenta.

Tronco de tradicional família do Estado de Minas Gerais, daquelas primeiras a se dedicarem ao desbravamento do norte do nosso Estado e fundadores da cidade de Cornélio Procopio, onde deram grande impulso ao cultivo do café, o Doutor Edward Resende Pimenta, emprestou com brilhantismo sua valiosa colaboração à causa pública, exercendo com grande dignidade, por vários anos, as funções de Delegado de Polícia no Paraná.

Soube, sem dúvida, durante toda a sua vida, demonstrar plena capacidade profissional, e acima desta, tornar-se exemplo de cidadão, pai e amigo.

Deixa para seus familiares e amigos, o exemplo de toda uma vida pautada pela dignidade e honradez, podendo ter se orgulhado em todos os seus dias, do reconhecimento que lhe era prestado por aqueles que o escolheram para amigo, baseados na grandeza de sua conduta.

Requer, ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1974.

(a) — Emílio Carazzai

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora Zilda Cruz de Almeida, ocorrido ontem na cidade de Jandaia do Sul.

Tratando-se da Professora mais antiga do Município, cujos filhos e netos também são professores naquela cidade, o passamento da mesma entristeceu os municípios de Jandaia do Sul.

Requer, ainda, que da decisão desta Assembléia seja dado conhecimento ao seu esposo Senhor Antônio Dias de Almeida, residente à Rua Clementino Puppi, em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões em 31 de maio de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de regozijo ao COLORADO E. C. pela brilhante campanha desenvolvida no exterior, onde em 19 competições futebolísticas obteve 15 vitórias, 2 empates, sendo derrotado em apenas duas oportunidades.

as atuações da equipe do Colorado valorizaram sobremaneira o futebol paranaense e brasileiro, sendo, consequentemente justa a homenagem que se pretende prestar.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Diretoria do Colorado E. C., na pessoa de seu presidente Senhor Eny Braun Eggas, cumprimentando-o, bem como seus atletas, técnico e quadro associativo pelas brilhantes performances.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1974.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e nos termos do Regimento Interno, requer, após ouvida a Casa, seja formulado um apelo ao Poder Judiciário para que, quando da proposta da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, inclua a criação de mais uma Vara no Juízo de Direito da Comarca de Arapongas.

Aquela unidade judiciária, compreendida pelos distritos da sede do Município de Arapongas, Sabáudia e Bom Progresso, mercê de seu enorme crescimento, está a exigir uma melhor atenção das autoridades competentes. A criação de mais uma Vara, ora pretendida, virá desafogar os serviços judiciários, além de ser uma antiga reivindicação não só da família forense de Arapongas, como de resto, de toda a população daquela comarca.

A par disso, o titular da única Vara existente no Juízo de Direito de Arapongas, Doutor José Wanderley Resende, em função de sua cultura e incansável dedicação à administração e distribuição da Justiça, tem procurado pertinências à Justiça Eleitoral e Trabalhista, assistência nas rescisões de contratos trabalhistas e movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, serviços estes que tomam inestimável tempo e, por via de consequência, podem afetar o bom andamento da máquina judiciária da comarca.

Requer-se, finalmente, que da manifestação da Casa, se favorável, seja dado conhecimento, através de expediente próprio, ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Vanderley Resende DD. Juiz de Direito da Comarca de Arapongas ao Excelentíssimo Senhor Doutor Waldy Pugliese, DD. Prefeito Municipal de Arapongas e à Câmara Municipal de Arapongas.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1974.

(a) — Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra para falar no Grande Expediente ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ofício que o Sr. Diretor do Detran, Dr. Marcos Prado enviou ao Líder do Governo, nesta Casa, força-me, muito a contra gosto, vir a esta Tribuna para opor reparos ao referido ofício.

O nobre Deputado Ivo Thomazoni, político habilidoso que é, com muita elegância, procurou apenas dizer, desta Tribuna, que o Diretor do Trânsito não disse o que disse. Aceitamos a negativa porque, realmente, a palavra de uma autoridade como o arquiteto Marcos Prado nos merece confiança.

Qual não foi a nossa surpresa quando a imprensa publica, na íntegra, o ofício do arquiteto Marcos Prado e dá a seguinte notícia:

“Em resposta ao pronunciamento do Deputado Erondy Silvério feito quarta-feira última na Assembléia Legislativa, o arquiteto Marcos Prado, Diretor do Detran enviou ontem um ofício à Assembléia: “O respeito e a amizade que me ligam aos Senhores Deputados de ambos os Partidos obrigam-me a prestar a essa Casa o seguinte esclarecimento”:

“Pedi, ontem um Deputado...”

É necessário que se abra um parêntesis e se grife um Deputado porque este Deputado é um representante do povo. O Sr. Marcos Prado é funcionário público do Estado e deve conhecer, muito bem, o Estatuto dos Funcionários Públicos que obriga todos os funcionários tratarem com urbanidade não somente as partes como os membros do Poder Legislativo.

Fique o Diretor do Detran sabendo que não sou moleque, sou um representante do povo nesta Casa e, portanto, devia citar meu nome uma vez que eu o fiz nominalmente quando o citei neste microfone.

(Lendo): “Pedi, ontem, um Deputado, que o Diretor do Detran revelasse os nomes dos que fizeram pressão para que fosse revogada a Portaria de apreensão dos táxis que trabalhassem fora dos seus Municípios, conforme teria sido dito em uma entrevista. Ora, tivesse sido lida a entrevista citada, não poderia haver tal reação, porque lá, de forma clara, estava dito que os motoristas de táxis de Curitiba, apreensivos quanto a pressões de políticos a favor dos “piranhas” perguntavam qual seria a reação do Diretor do Detran.

“A resposta, também clara — prossegue Marcos Prado — foi a de que qualquer grupo seria recebido desde que com a presença da imprensa para que fosse conhecida a posição de cada um”.

Baseei-me ao fazer meu pronunciamento nesta Casa ao noticiário publicado pela “Tribuna do Paraná” na edição de terça-feira, 28 de Maio de 1974, onde o título diz: DETRAN NÃO ACEITA AÇÃO DE POLÍTICOS. Está afirmando que o DETRAN não aceita a ação de políticos. Então, o mais justo seria o Diretor Marcos Prado dirigir-se à redação do jornal e pedir a retificação do título da nota. Aqui, ele sutilmente está envolvendo os políticos, generalizadamente, não o meu pronunciamento, eis que eu nada mais fiz que dar nomes aos bois, não há nenhuma palavra ofensiva a Sua Excelência o Diretor do DETRAN, o arquiteto Marcos Prado, no meu pronunciamento — está aqui para todos lerem, nenhuma palavra ofensiva, as notas taguigráficas estão aí para comprovarem, apenas, eu disse que não achava justo que o Diretor do DETRAN lançasse, colocasse todos os políticos na berlinda, dizendo que havia grupos de pressão, de políticos, sobre o DETRAN.

Mas, Sua Excelência, ou Sua Senhoria, como preferir, parece que não entendeu o teor do nosso Requerimento e fez-se de engraçadinho e de atrevido, no ofício que enviou ao Líder do Governo nesta Casa; aliás, o Sr. Marcos Prado é useiro e vezeiro na questão de lançar assim sutilmente, pecha aos políticos.

Vejam a revista VEJA, de 29 de Maio de 1974:

Entre diversas considerações do Sr. Marcos Prado, diz o seguinte:

"Que ele iria dar conhecimento ao público, além de multas de todos os motoristas que fossem apanhados ao volante do seu carro, embriagados..."

(Até aí nada de mais, a segurança do trânsito está afeta realmente ao Diretor do DETRAN, mas, ele diz mais o seguinte: —)

"Que foi procurado por dois políticos engratados, que lhe pediram que amolecasse as punições porque este ano é um ano político, e que, ele, não cedia".

O Sr. Marcos Prado gosta de fazer charminho, gosta de se autovalorizar. Ele ainda diz mais adiante, num tom enfático:

"Que em todos os DETRAN do País há corrupção, inclusive no Paraná".

Mas então, se ele já está lá há três anos, o que foi que ele fez que não acabou com a corrupção?

E assim vai por aí afora. O Sr. Marcos Prado gosta de se autovalorizar, gosta de viajar bastante, de fazer turismo e não tem o mínimo respeito pelos representantes do povo. Não aceito, absolutamente, os termos do ofício do Sr. Marcos Prado porque, prosseguiu, diz ele assim:

"(Eu visto a carapuça porque sei que esta é dirigida a mim, então, realmente eu estou vestindo a carapuça).

Ele diz adiante, contando uma estória:

"Confúcio todas as manhãs passava sob a janela do Palácio de um Mandarim, que lhe cuspi e lhe insultava. Isto se repetia sempre. Certo dia Confúcio parou e perguntou-lhe: Por que o Senhor me cospe e insulta todos os dias, se eu nunca lhe fiz favor nenhum?".

Ora! O Diretor do DETRAN, arquiteto Marcos Prado, por metáfora está — pelo menos — fazendo sentir aqueles que entenderam a sutileza do mencionado pensamento do filósofo chinês Confúcio, de que teria me feito algum favor.

Ele está convocando publicamente a dizer qual foi o dia que eu botei os pés dentro do DETRAN, qual o dia que eu pedi a Sua Excelência algum favor, qual o dia que eu lhe fiz qualquer proposta indecorosa. Está publicamente convocando a provar se algum dia eu lhe pedi algum favor.

Hoje eu posso dizer, pena que não esteja aqui o Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares — tão logo assumiu o Governo o Deputado Emílio Gomes, a maioria dos Senhores Deputados nesta Casa pura e simplesmente pediram a cabeça de Marcos Prado na Direção do DETRAN, devido a pouca consideração que ele sempre teve pelos representantes do povo. Ele chegou ao cúmulo de ameaçar de processar um dos Senhores Deputados com assento nesta Casa da nobre Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, apenas porque aquele Senhor Deputado queria saber das irregularidades que porventura estavam sendo cometidas dentro do DETRAN e de violências cometidas contra determinados cidadãos lá dentro daquela repartição de Trânsito.

Então, o Arquiteto Marcos Prado naturalmente, irritado com as críticas recebidas da Tribuna desta Casa, porque nós temos a Tribuna livre do povo, tentou uma ação para processar o Deputado Antonio Belinati, fato que teve a maior repulsa nesta Casa. Porque o Deputado naquela oportunidade estava nada mais nada menos, se não defendendo um direito inquestionável de um cidadão do Paraná. Naquela oportunidade ainda o nobre Deputado Gabriel Manoel foi nas dependências desta Casa humilhado por um funcionário do DETRAN, e dizia-se na oportunidade que agia, a mando do próprio Diretor daquele Departamento. Fatos desta natureza têm-se repetido diariamente, com uma repulsa generalizada nesta Casa, com a permanência do referido Arquiteto à frente do DETRAN.

Foi quando ele procurou o Líder da Bancada, Deputado Luiz Roberto Soares agora presente neste Plenário e pediu que dessemos a S.S. uma nova oportunidade, que ele atenderia a todos os pedidos desta Casa. Que ele faria o que quisesse. O que pedisse dentro do DETRAN ele atenderia. Eu respondi então ao Deputado Luiz Roberto Soares, ora aqui presente, que eu não queria nada do DETRAN. Eu apenas queria que ele tratasse o povo com urbanidade, queria que ele tratasse o povo com o respeito que o contribuinte merece quando adentra numa repartição pública. Mas hoje, como se S.S. tivesse sido o galo, o galo de briga, vem aqui por metáforas, procurar atingir a um representante do povo nesta Casa. Mas eu aceito a luta nos termos em que quer colocar o Sr. Marcos Prado, e vou provar que ele não é um bom Diretor. Vou provar que ele está esbanjando o dinheiro do povo, instalando aparelhos de televisão nas esquinas para espionar os apartamentos, sem nenhuma validade para a solução do trânsito em nossa Capital. Com o dinheiro que está sendo jogado pela janela, deveria ser comprado uma escada para o Corpo de Bombeiros no combate e na prevenção dos incêndios. Dinheiro que poderia ser muito melhor aproveitado e S.S. está jogando fora, gastando nem sei com que concorrência. O que será também motivo de um Pedido de Informações de nossa parte, para que ele nos mande para cá, os editais de concorrência, e nos diga também, da utilidade do mencionado circuito de televisão no controle do trânsito da cidade. No entanto não há nada de útil porque eu até questiono mesmo a validade das multas que venham a ser aplicadas por possíveis infrações cometidas por motoristas e constatadas por este circuito de televisão.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, realmente, se nos afigura estranha, a atitude e o comportamento do Arquiteto Marcos Prado com relação a esta Casa. Já anteriormente, houve certa atitude de S. Exa. com relação a Deputados que foram considerados a proclamar por toda a Casa como desrespeito a este Poder. Posteriormente teria havido, houve, no caso, a manifestação da Bancada da ARENA, que queria a cabeça do Sr. Marcos Prado e foi dada uma nova oportunidade. Volta ele agora a insultar um nobre representante desta Casa e, conseqüentemente está insultando, está fazendo gracinhas, está fazendo papel muito ridículo em relação ao próprio Poder Legislativo. Este poder que está tão espinhoso, tão desvalorizado, está tão ausente da conscientização popular; está tão longe de estar naquele pedestal de Poder que elabora leis, que legisla —, que, enfim prevê a estrutura e o organismo sócio-econômico e político de um país. Ele volta novamente; e eu quero solidarizar-me com V. Exa. refulando estas gracinhas e taxando-as até de desumanas e desrespeitosas e de indignas ao Poder Legislativo. Solidário-me com V. Exa. Mas, não seria o caso, nobre Deputado de que o sujeito que torna a cometer um erro, que torna a ofender, não seria o caso, de se pedir definitivamente, não seria o caso, veja bem V. Exa. de se pedir definitivamente a cabeça desse cidadão? Porque este Poder precisa sobreviver, precisa estar na conscientização popular, com um Poder realmente, no seu esplendor. Então, receba V. Exa. esta sugestão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa.. Acho que é o pensamento de toda a Casa. Porque se o Diretor do DETRAN, me encontrasse na rua e me agredisse fisicamente, eu tirasse satisfação de homem para homem; eu jamais viria a esta Tribuna. O que não posso aceitar é que o Diretor do DETRAN, mande através do Líder desta Casa, um ofício que considere desrespeitoso. Porque quando eu adentro o edifício sede do Poder Legislativo, quando estou nesta Tribuna, no exercício da minha função sagrada; não só da minha, dos nobres colegas também, porque estamos representando

a vontade soberana do povo. Não podemos admitir que o Sr. Diretor do Trânsito, arquiteto Marcos Prado, faça-se de engraçadinho, venha por metáforas, tentar atingir um membro deste Poder. Esta é uma reação que eu não poderia deixar de ter, porque se aceitasse os termos deste ofício, estaria desrespeitando o próprio Poder ao qual pertença, por delegação honrosa de uma parcela do povo paranaense.

Aceito a luta; a luta não vai parar aqui. Existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar denúncias de possíveis irregularidades na aquisição de materiais por parte do Sr. Diretor do DETRAN. Não sei se é culpado eu inocente. Mas vou requerer desde já da Mesa que me faça chegar às mãos o depoimento das pessoas que aqui vieram e se diziam prejudicadas por aquela concorrência. A fim de poder ler desta Tribuna, para que o povo tenha conhecimento do que ocorre nos bastidores do DETRAN. Vamos esmiuçar a concorrência para a aquisição de circuito interno de televisão para controle de tráfego, porque não podemos admitir e até achamos estranho, esquisito, que o Sr. Governador Emílio Gomes, que é um homem de tanta experiência política e administrativa, que é humano, que é um homem que tem todas as horas do seu dia voltadas aos supremos interesses do povo paranaense, que tivesse permitido que se fizesse uma brincadeira daquelas com o dinheiro do povo. Comprar aparelhos de televisão para botar nos esquinas para os operadores estarem bisbilhotando os apartamentos vizinhos. Eu não vejo nenhuma razão plausível para se controlar o trânsito, por meio de circuito fechado de televisão. Se empregasse esse dinheiro na aquisição de viaturas, na melhoria dos vencimentos de pessoal encarregado da fiscalização do trânsito. Se está sobrando dinheiro no Funrestran, se repassasse este dinheiro ao Funrespol, para que, por sua vez, o repassasse ao Corpo de Bombeiros para equipar aquela Unidade de prevenção ao fogo no Paraná a fim de que não ocorram tragédias tão horrosas para a vida do brasileiro como aquelas verificadas em São Paulo. Mas a megalomania do Dr. Marcos Prado exige que ele venha com aparelhos altamente sofisticados nas esquinas de cruzamento. E o que acontece no trânsito? O enervamento cada vez maior dos motoristas, com os sucessivos congestionamentos. Um plano de trânsito que leva o Curitiba a gastar diariamente 130 mil litros de gasolina a mais, pelos congestionamentos, pela aplicação do anel central. É um plano que precisa ser revisto. E isto que o Dr. Marcos Prado deveria fazer e não estar citando Confúcio.

Mas Confúcio também dizia: "Cuidado, cuidado, Marquinho! O gosto pela televisão pode levar a uma grande confusão".

Outra coisa que o Marquinho gosta de fazer é de viajar com o dinheiro do povo.

Hoje estou enviando um Requerimento ao Governador do Estado para que preste as seguintes informações à Casa: (Lê)

"Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e ouvido o Plenário, requer o envio, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do seguinte pedido de informações:

1. — Quantas vezes o atual Diretor do Departamento de Trânsito do Estado, arquiteto Marcos Prado, ausentou-se do País em caráter oficial?
2. — Qual a duração dessas estadas no exterior e, se financiadas com dinheiros públicos, por conta de que verbas foram consignadas e a que título?
3. — Discriminadamente, quais foram as importâncias recebidas pelo Diretor do DETRAN, durante suas ausências, como vencimentos, ajudas de custo, diárias ou a qualquer outro título?
4. — Qual teor dos relatórios apresentados pelo referido servidor, sobre os conhecimentos adquiridos, e qual sua aplicação prática para a melhoria do sistema de trânsito na Capital e no Estado?

Sala das Sessões em 03 de junho de 1974.

(S) Erondy Silvério".

Sabemos que constantemente o Sr. Marcos Prado está ausente do País, com a finalidade de estudar, no exterior, as melhorias que se introduziram nos respectivos serviços de trânsito. Cada vez que vem de uma dessas viagens inventa um aparelho altamente sofisticado para gastar o dinheiro do povo. Não sei quanto gasta em viagem, não sei se sai de seu bolso o dinheiro, porque Confúcio já dizia: "Marquinho, Marquinho! Quem o gosto pelo turismo tem, não deve do povo gastar vintém". Vamos ver se ele está seguindo os conselhos de Confúcio, se não está gastando o dinheiro do povo. O Governador do Estado tem que dizer isto.

Tramita na Casa um Anteprojeto de Lei que visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Marcos Prado. Vou me opor veementemente ao Projeto. Enquanto a Comissão Parlamentar de Inquérito aqui instalada não provar se houve lisura na aquisição das motocicletas pelo DETRAN, não é justo que esta Casa lhe conceda a honraria. Escutei, num programa de televisão, Confúcio dizer: "Quem quer homenagem, tem que provar a linhagem". Se o Dr. Marcos Prado quer a homenagem, tem que provar a linhagem, provando que é honesto, decente e que a aquisição feita pela FUNRESTRAN obedeceu aos preceitos da Lei.

Porque o Deputado Erondy Silvério repele veementemente os termos do ofício que ele enviou ao Líder do Governo nesta Casa.

Brincadeira terr. hora, Sr. Diretor Marcos Prado!

Aqui representamos o povo, aqui estamos numa missão honrosa e sagrada que é defender os justos interesses da população.

Voltaremos ao assunto quando recebermos da Mesa desta Casa as peças que compõem os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos analisar todos os depoimentos, as conclusões do Relator para, depois virmos dizer, aqui, desta Tribuna, se o Sr. Marcos Prado é ou não é honesto; se ele tem direito, ou não, à homenagem que se pretende dar, nesta Casa.

Era só Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203-73, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal equivalente a dezessets (16) vezes o maior salário mínimo regional à Sra. Neusa Nascimento de Mello Leitão, viúva de ex-Interventor Estadual. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 203-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Sra. Neuza Nascimento de Mello Leitão, viúva do ex-Interior Rosaldo Gomes de Mello Leitão, uma pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o valor do maior salário mínimo regional.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1973

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Rosaldo Gomes de Mello Leitão, ilustre e digno filho da terra paranaense, exerceu com dignidade e alto espírito público os mais altos cargos da administração: Diretor da antiga Rede de Viação Paraná-Santa Catarina; Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; Prefeito Municipal de Curitiba e por duas vezes Interventor do Estado do Paraná.

Investido, como já ficou evidenciado, por duas vezes na Suprema Magistratura do Estado com os mesmos direitos e prerrogativas de Governador, Rosaldo Gomes de Mello Leitão alçou sua esposa, Neuza Nascimento de Mello Leitão, por via de consequência, à condição de primeira dama do Estado, razão pela qual teve esta adquirida uma posição social tal, que, com a parca renda que auferia atualmente, não se conseguia manter.

Entende-se que o mesmo direito já adquirido pelas esposas de ex-governadores deverá, também, ser aplicado à senhora em questão, haja vista que Interventor nada mais é do que Governador nomeado.

O próprio Poder Executivo, recentemente, procurou solucionar problema análogo, enviando a esta Assembléia a Mensagem número 64-73, propondo a concessão de uma pensão à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, há pouco falecido.

Conforme se verifica do exame da aludida Mensagem Governamental, encontra-se a mesma uma pretensão amparada pelo direito e lidamente justa. Não menos justo, e de igual validade jurídica, o objeto do projeto de Lei em tela, visto que, na realidade nenhuma diferença existe entre governador e interventor, no campo social e humano, com vistas ao qual são propostas as soluções adequadas aos problemas respectivos.

Em face das considerações expendidas, apresentamos o presente plano de lei à consequente apreciação de nossos ilustres Pares esperando se ilude o indispensável apoio e final aprovação.

MENSAGEM 64-73

Curitiba, 31 de julho de 1973.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder a Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios do Governador do Estado.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos elevados interesses da Administração, eis que retratando preocupação do Governo do Estado e de todo o Povo Paranaense, visa a adoção de providências legais no sentido de conceder o pretendido benefício à viúva do ex-governador Pedro Viriato Parigot de Souza, do qual o recente falecimento marcou em nossa Terra um doloroso e triste acontecimento, quando o Paraná veio perder um de seus mais ilustres e valerosos homens, que, então, ocupava a Suprema Magistratura do Estado.

Por outro lado, caracterizando a grande necessidade de concessão da pensão em questão, merece ser destacado o fato de que a viúva do finado Governador Parigot de Souza, não possui rendimentos suficientes para sua subsistência, inclusive para a de dois filhos menores, estudantes e que também não exercem qualquer atividade remunerada.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governador do Estado.

Art. 2.º. As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 203-73

AUTOR: Dep. José Muggiati Filho.

De autoria do ilustre deputado José Muggiati Filho, o presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a conceder a Senhora Neuza Nascimento de Mello Leitão, viúva do ex-Interventor Rosaldo Gomes de Mello Leitão, uma pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o valor do maior salário mínimo regional.

A medida me parece de inteira justiça, tendo em vista a justificativa apresentada. Do ponto de vista legal e constitucional a mesma está conforme.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em de de 1973.

as. Ilegível — Presidente

as. Ilegível — Relator

De acordo com voto em separado do sr. Dep. Ivo Thomazoni, declaro rejeitado o presente parecer.

Sala das Reuniões, em 14.11.73.

ANTONIO FRANCO F. DA COSTA FILHO — Presidente

PROJETO DE LEI N.º 203-73

VOTO EM SEPARADO

Em que pese a justificativa do Projeto, aonde depara-se que o objetivo do mesmo é estabelecer a igualdade de direitos, somos levados a votar "contra" o parecer apresentado pelo ilustre Relator, Deputado Sebastião Rodrigues, pelas razões que seguem:

1.º — Primeiramente pelo vício de origem, visto que o art. 35 da Constituição Estadual estabelece que é da competência do Poder Executivo, a iniciativa de leis que criem ou aumentem a despesa pública.

2.º — A viúva para quem se pretende conceder essa pensão mensal, já está amparada pela Lei 54-63, de 22 de novembro de 1963 e recentemente pela Lei 6.468 de 18 de outubro de 1973, a qual fixou em três (3) salários mínimos o valor das pensões de viúvas de ex-Deputados, ex-Presidentes, Interventores ou Governadores. (cópias anexas).

Isto posto, não vemos como aprovar a medida ora proposta, por tratar-se de matéria que fere princípio legal e constitucional.

O meu voto é pela rejeição do Projeto

Sala das Comissões, em 14.11.73.

as. Ilegível

IVO THOMAZONI

várias as. ilegíveis

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI N.º 6468

DATA: 18 de outubro de 1973.

SUMULA: Eleva para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, as pensões concedidas pelas Leis nrs. 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O valor das pensões de que tratam as Leis nrs. 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 18 de outubro de 1973.

EMILIO GOMES
Governador do Estado
Maurício Schuman
Secretário da Fazenda

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 54-63

DATA: 22 de novembro de 1963.

SUMULA: Concede à viúva de ex-Deputado Estadual pensão mensal correspondente a 1/3 (um terço) da parte fixa dos respectivos subsídios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 27, § 4.º da Constituição Estadual a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida à viúva de ex-Deputado Estadual, pensão mensal correspondente a 1/3 (um terço) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo único — Não terá direito a esse benefício a viúva de suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido em razão de extinção ou perda do mandato do titular.

Art. 2.º — O benefício de que trata o art. 1.º desta Lei, é extensivo as viúvas de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná.

Art. 3.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei, desde que de "quantum" inferior, as pensões já concedidas por lei às viúvas referidas no art. 1.º.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes e das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste Estado.

Parágrafo único — Cessarão os benefícios desta Lei a viúva que adquirir novo estado civil.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei, correrão a conta da verba própria da Secretaria da Fazenda, destinada a pensionistas do Estado.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1963.

AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES — Presidente.

Diário Oficial n.º 202, de 07-11-63

LEI N.º 4.763

DATA: 5 de novembro de 1963.

SUMULA: Dispõe sobre concessão de pensão mensal a viúva de Deputado Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É concedido à viúva de Deputado Estadual pensão mensal de valor correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo único — Não terá direito a esse subsídio a viúva do Suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido, em razão de extinção ou perda de mandato do titular por tempo superior a seis meses consecutivos.

Art. 2.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei, desde que o quantum inferior, as pensões já concedidas por Lei às viúvas referidas no art. 1.º.

Art. 3.º — As pensões mensais concedidas às viúvas de Deputados Estaduais ficam mantidas em seus atuais valores desde que de quantum superior ao fixado pela presente Lei.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal dos incapazes e das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste estado.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da verba própria da Secretaria da Fazenda.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 5 de novembro de 1963

(a) NEY BRAGA

Algacyr Guimarães

Ref. Prot. n.º 13.900-63—PG.

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 203-73

Autor: Dep. José Muggiati Filho.

I — Conforme parecer apresentado e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto peca por vício de origem, uma vez que a iniciativa de Leis desta natureza são de competência exclusiva do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. A matéria contida no mesmo implica em aumento de despesa e o nosso parecer é contrário à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26-11-73.

as. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

ass. ilegíveis

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 72-73, de autoria do Dep. Antonio Lopes Júnior, que dá nova redação ao artigo 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15.08.69, já alterado pelo artigo 1.º da Resolução n.º 4-70, de 26-5-70. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 65-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 262-73, que aprova Convênio de Colaboração, celebrado entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE — e o Estado do Paraná, com intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão do Projeto de Resolução n.º 12-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 31-74, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando desenvolver programa sobre Estudo para Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 278-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 162-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 250-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 250-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir o Colégio Estadual de Entre Rios, no município de Guarapuava.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta iniciativa correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971.

(a) Nivaldo Kruger.

JUSTIFICATIVA:

Entre Rios é um progressista distrito rural no município de Guarapuava. A sua população, quase toda, se dedica à lavoura, cuja produção atinge um dos maiores índices de nosso Estado. No referido distrito não há, até agora, um Colégio, razão pela qual os estudantes têm de se deslocar até a cidade de Guarapuava para conseguir este ensino. A construção de um Colégio além de facilitar o estudo para os jovens terá o condão de evitar o êxodo rural e ao mesmo tempo, retribuir de forma direta, a grande colaboração emprestada pela população aos cofres públicos.

PARECER DA C.C.J.

AO PROJETO DE LEI N.º 250-71

AUTOR: Nivaldo Kruger.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, município de Guarapuava e dá outras providências.

O Distrito de Entre Rios de há muito, está necessitando de uma casa escolar de nível médio que possa dar atendimento a centenas de pessoas que além do trabalho, objetivam seu aprimoramento cultural e educacional.

O projeto está perfeitamente de acordo com a legislação vigente.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 250-71

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado Nivaldo Kruger, autorizar o Poder Executivo a construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava e dá outras providências.

2 — Sobre a matéria já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há o que se opor, razão pela qual opinamos favorável a sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

as. ilegível — Presidente

DAVID FEDERMANN — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Instrução Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 250-71

AUTOR: Deputado Nivaldo Kruger.

Assinado pelo deputado Nivaldo Kruger, o presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a construir o Colégio Estadual de Entre Rios, no Município de Guarapuava.

Do Ponto de vista desta Comissão Técnica, entendemos que a iniciativa está em condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em de de 1974.

as. ilegível — Presidente

IVO ROCHA — Relator

ass. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 38-72, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 38-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Ginásio Agrícola, no Município da Lapa, neste Estado.

Art. 2.º — Para instalação do Ginásio Agrícola referido no Art. 1.º, o Poder Executivo deverá promover a transferência do patrimônio da Secretaria de Saúde Pública para o da Secretaria de Agricultura, dos imóveis (Pavilhões), construídos à margem direita da Estrada de Rodagem Curitiba Lapa, em frente ao Sanatório da Lapa.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo a Secretaria de Saúde Pública fez construir os pavilhões à margem direita da Estrada Curitiba — Lapa, destinados, originalmente, à ampliação do Sanatório da Lapa. Entretanto, fatores que não vêm ao caso citar, impediram aquela providência, ficando os imóveis sem uso, abandonados e, hoje já totalmente superados para a finalidade pretendida. Não se pode, porém deixar-se de aproveitar todo aquele investimento e nos ocorre que melhor poderá sê-lo com a instalação, em suas dependências, de um Ginásio Agrícola, que traria extraordinários benefícios à população rural da região geo-econômica que tem como irradiador a cidade da Lapa.

Além do mais, a instalação de um Ginásio Agrícola está em perfeita consonância com os objetivos do Governo Federal em dotar as populações rurais de melhor qualificação para o trabalho visando o aumento da produção e a elevação de produtividade na relação trabalhador-terra cultivada, — ao mesmo tempo em que fica elidida uma das causas das correntes migratórias campo-cidade, que despovoava a zona rural e determina explosão demográfica nos centros urbanos, com as óbvias sequelas sócio-econômicas já de todos conhecidas.

Vale ainda reafirmar que mais de 10 (dez) municípios integrantes da região poderão vir a ser beneficiados com a pretendida criação do Ginásio Agrícola, sendo a iniciativa portanto de âmbito bem extenso e não se inscrevendo no rol daquelas que apenas fazem aflorar os problemas estruturais sem, no entanto, estudar-lhes as soluções.

Por outro lado, instalando-se o futuro Ginásio-Agrícola nos pavilhões agora abandonados e sem uso mais integrantes do patrimônio da Secretaria de Saúde Pública, estar-se-á dando-se destinação útil ao investimento ali concretizado e atualmente sem aproveitamento e que, todos hão de convir, não se pode admitir em tempos como o nosso que há carência de recursos financeiros para implantação de obras de infra-estrutura e, ninguém pode negar, dentre elas, a educação deverá merecer prioridade especial, como efetivamente, já vem merecendo do Governo Federal à cuja orientação é sensível o Governo do Estado do Paraná.

Sabendo que aos meus argumentos o espírito público de cada um dos Nobres Deputados poderá acrescentar outros de maior importância para justificação desta iniciativa, estou certo de que a mesma merecerá o indispensável e honroso apoio dos eminentes pares.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 38-72

AUTOR: Deputado João Fadel.

1 — Visa o presente plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município da Lapa, um Ginásio Agrícola.

2 — O Projeto que ora examinamos está de conformidade com o que determina o art. 123 e parágrafos, do Regimento Interno.

3 — Referida proposição está em perfeita consonância com os objetivos do Governo Federal, pois dotará as populações rurais de melhor qualificação para o trabalho e da produtividade.

4 — Dada a oportunidade do Projeto e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

as. ilegível — Presidente

MAURICIO FRUET — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 38-72

1 — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado João Fadel, a criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa.

2 — Sobre o mesmo, já opinou a douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável, quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão se pronunciar, nada há opor e consequentemente, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

as. ilegível — Presidente

ANTONIO BELINATTI — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Instrução Pública
PROJETO DE LEI N.º 38-72

AUTOR: DEPUTADO João Calil Fadel.

PARECER

De autoria do nobre Deputado João Calil Fadel, o presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a Criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa, neste Estado.

As Doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças em sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

A brilhante justificativa apresentada pelo autor da Proposição, nos convence plenamente da necessidade de autorizar o Poder Executivo a criar o referido estabelecimento, considerando que mais de 10 (dez) municípios integrantes da região poderão vir a ser beneficiados com a pretendida medida.

Destarte, opino pela Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de abril de 1974.

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

as. ilegível

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 92-72, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 92-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar no Município de Salto do Lontra, um Ginásio Estadual Agrícola, com funcionamento previsto para o próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a criação da presente Lei, correrão por conta da verba própria da Secretaria dos Negócios da Agricultura.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1.972.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior

JUSTIFICATIVA:

É notório, sr. Presidente, que o Município de Salto do Lontra é uma comuna iminentemente agrícola, com perspectivas de se projetar como um dos núcleos de maior produção da região.

A população local já ultrapassou a casa dos 31.000 habitantes, acusando ainda um grande índice de jovens com menos de 18 anos, portanto, em idade escolar. É necessário uma tomada de posição e urgente quanto a instrução e cultura desta juventude.

Com a criação de um Ginásio Agrícola, pela situação econômica do Município, estariamos solucionando em parte o problema educacional da região, evitando o êxodo de jovens em busca de um aprendizado melhor em outros centros do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 92-72

Autor Dep. Sebastião Rodrigues Júnior

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Dep. Sebastião Rodrigues Jr., tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar no Município de Salto do Lontra, um Ginásio Estadual Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Muito embora, considerando a nobreza da iniciativa, o Projeto em exame esbarra no impedimento constitucional insuperável, que é o do art. 35, combinado com o art. 47 da Carta Estadual, visto que até uma autorização está incluída na competência do Senhor Governador do Estado.

Com efeito, além da prudência técnica, para o desaconselhamento há o imperativo constitucional já aludido.

Opino, destarte, pela rejeição do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28-6-72.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 92-72

Autor Dep. Sebastião Rodrigues Júnior

PARECER

O nobre Dep. Sebastião Rodrigues Júnior visa, com o presente plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Agrícola.

A própria justificativa e o reconhecimento da "nobreza da iniciativa" sugerem a justiça da iniciativa que, ao nosso ver, não encontra contestação de ordem legal ou constitucional.

Trata-se de proposição de caráter meramente autorizativo que não vai ao arrepio da determinação constante no art. 35 da Carta Constitucional. Vale por uma indicação. Vale pela colaboração necessária e indiscutível do Legislativo ao Executivo sem quebrar ou sequer ferir a competência governamental.

Somos, em consequência, pela aprovação do Projeto, data vênha do eminente voto vencido do nobre e eminente Dep. Ovidio Franzoni.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 92-72

1 — O projeto que ora examinamos, de autoria do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, visa autorizar o Poder Executivo a criar no Município de Salto do Lontra, um Ginásio Estadual Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 — Esta proposição já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto que cabe a esta Comissão examinar, ou seja finan-

ceiro, não há qualquer restrição a fazer, razão pela qual somos inteiramente pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(Ass. ilegível) — Presidente

David Federmann — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 92-72

Autor: — Dep. Sebastião Rodrigues Júnior

Assinado pelo Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, o presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra.

Do ponto de vista desta Comissão Técnica, entendemos que a iniciativa está em condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em de de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Reneanópolis, Município de Sengés. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 169-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo, a criar para o ano letivo de 1973, um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Reneanópolis, Município de Sengés.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972.

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Reneanópolis, com sua sede em franco progresso, com uma população numerosa, distanciado da sede de Sengés, numa extensão de vinte quilômetros aproximados, sua laboriosa população reclama com justiça, a instalação e funcionamento de um Ginásio Estadual.

Pela estimativa procedida, as crianças que concluíram o curso primário e deverão frequentar o curso ginasial, atinge ao número superior a cem alunos.

Pelas razões expostas, é justo e legítimo o presente projeto, solicitando a aprovação dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 169-72

1 — O ilustre autor Deputado Francisco Escorsin, com o presente plano de lei, visa a criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Reneanópolis, Município de Sengés.

2 — Trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhê-la nesta Comissão.

3 — Assim sendo, opinamos pela sua APROVAÇÃO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

Maurício Fruet — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL

AO

PROJETO DE LEI N.º 169-72

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Distrito de Reneanópolis, Município de Sengés, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

Maurício Fruet — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 169-72

— O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, objetiva criar o Ginásio Estadual no Distrito de Reneanópolis, no Município de Sengés.

2 — A douda Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à proposição. Sob o aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28-11-72.

(Ass. ilegível) — Presidente

Antonio Belinati — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 169-72

Autor: — Dep. Francisco Escorsin

I) — Num País em franco desenvolvimento como é o Brasil, todos os Projetos que tratam da criação de estabelecimentos de ensino devem receber a nossa aprovação.

II) — Assim sendo, acreditamos que o mesmo deve ser acolhido pelo Sr. Governador, após solicitar aprovação do Conselho Estadual de Educação, conforme estabelece a lei que criou o Sistema Estadual de Ensino no Paraná.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 182-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, município de Cascavel, devendo o mesmo ser instalado para funcionamento a partir do ano letivo de 1973, próximo vindouro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1972.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

O distrito de Santa Tereza, um dos mais importantes distritos que compõem o município de Cascavel, de há muito vem-se ressentindo da falta de um Ginásio Estadual.

Por tratar-se de distrito dos mais populosos, e dos que mais produz no setor agrícola daquela região, de longo tempo para cá já faz por merecer tal benefício.

Contudo, até o presente momento tal não veio a ocorrer, não sabemos se por falta de conhecimento do Poder Executivo do Estado ou se por omissão do órgão competente no caso a Secretaria de Educação e Cultura.

O fato é que a população daquele distrito de há muito vem reivindicando para si a construção de um Ginásio Estadual, que venha proporcionar à população em idade escolar daquele lugar que já tenha concluído seu curso primário, a possibilidade de prosseguimento em seus estudos.

Por julgarmos que tal estado de coisas não se deve prolongar por mais tempo, é que apresentamos a esta Casa o presente plano de Lei, que temos a mais absoluta certeza estará dando ao Poder Executivo do Estado através de sua aprovação, a possibilidade de atender à solicitação de um cem número de estudantes que por não terem condições de lá saírem, não deixem de ter no campo do desenvolvimento cultural a mesma oportunidade dos que tem o privilégio de viver em municípios mais desenvolvidos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 182-72

AUTOR: DEP. ODILON REINHARDT

PARECER

O presente projeto de lei, devidamente justificado dotará o referido Município de melhores condições educacionais. Assim sendo pela oportunidade e justiça que se reveste o presente, somos favoráveis a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 182-72, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel, Fr., e dá outras providências.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição, em seu R. Parecer de fls., dos Autos, e sendo evidente o atendimento dos superiores interesses comunitários da localidade a ser beneficiada com a instalação de um Ginásio Estadual, eis que a ampliação da rede de ensino de 1.º e 2.º grau tem a mais concreta influência na aceleração do desenvolvimento das comunidades do interior do Estado, esta Comissão de Finanças, no que lhe concerne, é inteiramente favorável ao Projeto de Lei vestilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 182-72

Autor: — Odilon Reinhardt

I) — Projetos que tratam de aumentar a rede estadual de ensino no Paraná, devem merecer a nossa acolhida.

II) — Para que o mesmo seja transformado em lei, terá o Sr. Governador a necessidade de consultar o Conselho Estadual de Educação, conforme estabelece a legislação estadual de Ensino.

Nosso parecer é favorável a aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184-72, de autoria do Dep. Quilese C. da Silva, que denomina "Amábil Possobom", o Grupo Escolar de Vila Olívia, Município de Astorga. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 184-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado AMÁBIL POSSOBOM o Grupo Escolar localizado em Vila Olívia, Município de Astorga.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Quilese Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Amábil Possobom, tronco de tradicional família pioneira de Astorga, que, inclusive fez a doação do terreno em que está localizado o Grupo

Escolar ao qual pretendemos, com o presente projeto, denominar com o seu nome, uma homenagem que julgamos póstuma.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 184-72

Opinamos pela aprovação, em vista de não haver nenhum dispositivo constitucional ou legal que vicié o presente Plano de Lei.

Em 29-10-72.

Candido M. M. de Oliveira — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 184-72

Autor: Dep. Quilese Crisóstomo da Silva

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Quilese Crisóstomo da Silva, objetiva denominar de AMÁBIL POSSOBOM, o Grupo Escolar localizado em Vila Olívia, Município de Astorga.

A Douda Comissão de Constituição e Justiça, em parecer do eminente relator Candido M. M. de Oliveira, opinou pelo acolhimento da medida.

No âmbito desta Comissão, acolhemos sem qualquer restrição a medida pleiteada, para ulterior trâmite regimental.

Pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-73, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra n.ºs. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, quadra 14, Vila São Joaquim, na referida Cidade, tendo em vista sua não utilização pelo Estado aos fins a que se destinavam. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 90-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra n.ºs. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, localizados na quadra 14, da Vila São Joaquim, com área total de 3.083 metros quadrados, na cidade de São Jorge do Ivaí, tendo em vista a sua não utilização pelo Estado ao fim a que se destinavam.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1973.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A doação do município ao Estado do imóvel em questão (conforme Certidão anexa), objetivava a construção de Unidade Escolar de 1.º Grau. Considerando, que essa mesma obra já fora construída em outro local e estando em pleno funcionamento, pretendemos, através o presente plano de lei reverter-lo à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, a fim de construir e instalar uma Fábrica de Tubos e Meio-Fios.

Espero contar com o beneplácito de meus ilustres Pares, para com isso dar atendimento aos apelos dos Senhores Vereadores e Prefeito Municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PAKECER AO PROJETO DE LEI N.º 90-73

I — Com o presente projeto de lei, visa o nobre Deputado Basílio Zanusso, autorizar o Poder Executivo a reverter à Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, os lotes de terra de n.ºs. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, localizados na quadra 14, da Vila São Joaquim, com uma área de 3.083 metros quadrados, tendo em vista a sua não utilização pelo Estado ao fim a que se destinavam.

II — O ilustre autor, na justificação do referido projeto, alega que a doação feita pelo Município de São João do Ivaí ao Estado, tinha como objetivo a construção, na aludida área, de uma unidade escolar de 1.º Grau, e que a mesma já fora construída em outro local, ficando, desta forma, sem ser utilizada pelo Estado ao fim a que era destinada. A justificativa ainda nos dá conta de que na citada área, uma vez revertida ao Município, será edificada uma Fábrica de Tubos e Meio-Fios.

III — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional à APROVAÇÃO do projeto que nos é dado examinar nesta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 90-73

1 — Visa o ilustre Deputado Basílio Zanusso, com o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra de n.ºs. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, localizados na quadra 14, da Vila São Joaquim, com uma área de 3.083 metros quadrados, tendo em vista a sua não utilização pelo Estado ao fim a que se destinavam.

2 — Referida matéria mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — As razões apresentadas pelo nobre autor do projeto é demonstrar o acerto da medida preconizada, razão por que, quanto ao aspecto financeiro, nos manifestamos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto R. Carvalho — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 90-73

Autor: Basílio Zanusso

I — A Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-

se sobre todos os assuntos relativos ao problema migratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização das terras inaproveitadas.

II — Isto posto, baseado na justificativa do autor, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1974.

Domicílio Scaramella — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 271-73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que denomina "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", o Grande Auditório do Teatro Guaíra. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 271-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado de "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", o Grande Auditório do Teatro Guaíra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Prostado com o Paraná, enlutado como sua gente com o apagar-se de uma das mais altas personalidades e um dos expoentes de nossa cultura, proponho à consideração deste Casa uma homenagem ao Professor Bento Munhoz da Rocha Neto.

Dentre as obras que o imortalizam, escolhi para dar-lhe o seu nome, aquela que ele tanto amou e não viu a sua conclusão: o Grande Auditório do Teatro Guaíra. A Biblioteca Pública, materialização de seu culto à inteligência, ele a inaugurou. O Centro Cívico, símbolo daquele Paraná grande por ele sonhado, é uma realidade. O Teatro Guaíra, em breve estará aberto ao povo e como uma reverência a esta figura ímpar, excepcional que marcou uma época e traçou rumos, é de nosso desejo que leve o nome de seu criador.

Justificar a Proposição, parece até uma tentativa utópica. Efetivamente, todos sabem, o Paraná, o Brasil e no além fronteiras de que Bento era uma das expressões mais notáveis. Culto, soube usar o seu talento. Humano, soube ser humilde nos mais elevados postos. Conhecedor da alma do povo, queria um Paraná com alma própria, alma de caboclo miscigenada com o sangue do português, do índio e de todas as correntes migratórias. Bento queria um Brasil integrado, mas com características e cultura regionais.

Cultura, parece que é uma palavra que não se separa do Professor, do Filósofo, do Sociólogo, do Historiador e do Político democrata e liberal. A construção do Paraná e de seu povo ele queria fazer com idéias, difundida pela cátedra, pelo legado escrito e pelos auditórios populares e selecionados e concretizados nos dois monumentos: A Biblioteca e o Teatro.

Governador, nunca deixou de ser Professor. O sábio não esqueceu a necessidade de olhar o homem simples. Ao lado das obras em prol do culto à ciência, à arte e ao livro, percebe que o amanhã basear-se-á em cifras frias e estatísticas, esquecendo muitas vezes o homem. Seu humanismo, pautado na escolástica, sem desprezar a moderna filosofia, Bento tenta conciliar os dois extremos: funda a Biblioteca e cria a Copel; constrói o Centro Cívico e congrega os intelectuais no Círculo de Estudos Bandeirantes; planeja um Paraná com alma e coração, alicerçados na inteligência e no respeito a tudo que é humano.

A sua fé no Paraná é de admirar. Ficarão imortais suas palavras proferidas no Centenário da Emancipação do Paraná: "O QUE SE FIZER NO PARANÁ, DEVE SER FEITO EM ESCALA GRANDE, OU NÃO SER FEITO". E o Teatro Guaíra, obra sua, é fruto desta sua visão, desta concepção. Creio que a homenagem que o presente plano de lei propõe, não é uma questão de preito, mas sim uma medida de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 271-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado Wilson Fortes, denominar de "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", o grande Auditório do Teatro Guaíra.

2 — O projeto vem acompanhado de ampla justificativa, onde o Ilustre autor, realça a personalidade do homenageado por cujos méritos o fazem merecedor da medida ora proposta.

3 — No âmbito desta Comissão, ou seja, os aspectos de ordem legal ou constitucional, não vemos nenhuma objeção que se possa antepor, razão pela qual, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 271-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 107-73, que dispõe sobre participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

MENSAGEM — 107-73

Curitiba, 29 de novembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre as providências legais que se fazem necessárias no sentido da participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), Plano esse cujos objetivos básicos são os seguintes:

I — Eliminar, no período máximo de dez anos, o "deficit" estadual de habitação para famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais;

II — atender à demanda adicional de habitação que venha a ocorrer, na mesma faixa de renda.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1.010-73, de 27 do corrente mês, firmada pelo Senhor Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e cujos termos ratifico, diz, com o devido detalhamento, sobre a alta significação, interesse público e necessidade da medida legal ora

submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a solicitação formulada merecerá da Vossa Excelência o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), com os seguintes objetivos:

I — Eliminar, no período máximo de dez anos, o "deficit" estadual de habitação para famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais;

II — atender à demanda adicional de habitação que venha a ocorrer, na mesma faixa de renda.

Art. 2.º — Para cumprimento desta Lei, poderá o Poder Executivo:

I — Celebrar, com o Banco Nacional de Habitação (BNH), convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual, aditando-o quando se fizer necessário, observadas as Resoluções nrs. 1-73 e 48-73, respectivamente, do Conselho de Administração e Diretoria daquele Banco e demais normas que forem baixadas pelo mesmo;

II — elaborar planos, programas e projetos, visando aos objetivos do PLANHAP, coordenar e fiscalizar as respectivas execução e revisão, pelos órgãos da administração direta e indireta;

III — integrar o Estado e entidades de sua administração indireta no Sistema Financeiro de Habitação Popular (SIFHAP);

IV — instituir o Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDHAP), previsto nas Resoluções citadas no inciso I deste artigo, para integralização parcial pelo ESTADO e gestão através do Órgão designado pelas respectivas ENTIDADES FINANCEIRAS;

V — designar instituição financeira, organizada sob a forma de sociedade anônima, preferencialmente sob controle acionário do Estado, para Agente Financeiro das operações de crédito a que se refere o artigo 4.º desta Lei e para participar da gestão do FUNDHAP;

VI — promover a reestruturação das Companhias Habitacionais (COHABS) do Estado e fazê-las ajustar-se, permanentemente, às normas de organização de operações baixadas pelo BNH;

VII — cobrir ou cobrir as perdas em que, eventualmente, incorrerem as COHABS do Estado, inclusive mediante participação do Estado, como estipulante e/ou segurado, em sistemas que viabilizem a prática de seguro de crédito, para cobertura dos riscos inerentes às operações ativas das COHABS;

VIII — elaborar e executar programas permanentes de desenvolvimento comunitário, objetivando a promoção social das famílias de baixa renda, beneficiárias do PLANHAP;

IX — adotar quaisquer outras medidas que ampliem a eficiência dos trabalhos de planejamento, execução, fiscalização, revisão e controle do PLANHAP e permitam constante aperfeiçoamento técnico, administrativo, econômico e financeiro das COHABS do Estado.

Art. 3.º — O Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDHAP), a ser instituído, de acordo com o item IV do artigo precedente, terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e, para aplicar, sob a forma de empréstimos, a parcela dos investimentos habitacionais do PLANHAP estadual não financiada pelo BNH, observado o disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1.º — O Estado integralizará sua participação no FUNDHAP com recursos derivados de financiamentos específicos que lhe forem concedidos pelo BNH com essa finalidade.

§ 2.º — A soma dos valores necessários à integralização direta do FUNDHAP com os indispensáveis à cobertura dos encargos financeiros decorrentes dos financiamentos de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder, em cada exercício, 2% (dois por cento) da Receita Tributária Estadual.

§ 3.º — A integralização do FUNDHAP pelo Estado, com os recursos indicados no parágrafo 1.º deste artigo, será feita de modo a compatibilizar, permanentemente, as disponibilidades do FUNDHAP com as suas necessidades financeiras.

Art. 4.º — Para alcance dos objetivos fixados no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a contrair ou garantir empréstimos e financiamentos, necessários à execução do PLANHAP e à integralização do FUNDHAP, concedidos ao Estado, às suas entidades de administração indireta, inclusive às COHABS e aos Municípios, até os montantes estabelecidos no art. 5.º e seus parágrafos.

Parágrafo Único — Nas operações de crédito previstas no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a prestar, em nome do Estado, em favor das respectivas entidades credoras, as garantias que se fizerem necessárias, inclusive vinculação parcial de receita ou de quotas do Fundo de Participação dos Estados, com outorga, às mesmas entidades, de mandato pleno e irrevogável para que, na hipótese de inadimplência do Estado, recebam diretamente junto aos órgãos competentes, as parcelas comprometidas da receita ou das quotas do Fundo de Participação que forem necessárias à cobertura do principal e encargos financeiros das dívidas vencidas e não pagas.

Art. 5.º — O Poder Executivo fará incluir nas propostas orçamentárias anuais, inclusive as relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos, dotações suficientes, à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, decorrentes do cumprimento desta Lei.

§ 1.º — Para atender às mencionadas responsabilidades, no exercício de 1974, o Poder Executivo fica autorizado a abrir, de uma só vez ou parceladamente, crédito especial até o montante global, em moeda corrente, que equivale à data dos decretos de abertura, a 167.640 UPC (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta Unidades Padrão de Capital do BNH) correspondendo nesta data a Cr\$ 12.707.120,00 (doze milhões, setecentos e sete mil, cento e vinte cruzeiros).

§ 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo poderá cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado.

§ 3.º — Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 857.120 UPC (oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e vinte Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no triênio 1974-1976, correspondentes nesta data a Cr\$ 64.969.690,00 (sessenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa cruzeiros).

§ 4.º — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH a entidades da administração indireta do Es-

tado, inclusive às COHABs e aos Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no triênio referido, até o decuplo do valor indicado no parágrafo anterior.

§ 5.º — Para o Poder Executivo garantir empréstimos ou financiamentos concedidos a Municípios, ou Companhias de Habitação municipais, deverá ser obtida uma contra-garantia dessas entidades.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

GABINETE DO SECRETARIO

Of. n.º 1.010-73.

Curitiba, 27 de novembro de 1973.

Senhor Governador:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Médici, em solenidade realizada em 23 de janeiro do corrente ano, no Palácio do Planalto, em Brasília, lançou o Plano Nacional de Habitação Popular PLANHAP, que se destina a promover permanentemente, e de forma atualizada a ascensão social das famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais. O PLANHAP visa eliminar o "deficit" habitacional no país, no prazo de dez anos, decuplicando o ritmo atual de construções de moradias populares para venda a prestações.

Disse Sua Excelência em seu discurso:

"O rápido crescimento das cidades está entre os fenômenos sociais característicos do nosso tempo, não havendo sinal, por enquanto, de que a tendência para o aumento das aglomerações urbanas venha a modificar-se. O grau com que essa tendência se manifesta depende no entanto das peculiaridades sociais e econômicas de cada país.

Para o elevado índice de sua expansão urbana, concorrem, no Brasil, de modo particular, a velocidade do aumento populacional, a intensidade do crescimento econômico e o ritmo da modalidade social. Por obra desses fatores, bem como da migração, que lhes é correlata, mais da metade da população brasileira vive hoje em cidades e vilas".

Nesse mesmo pronunciamento, o Chefe da Nação convidou os Governos estaduais e municipais a participarem do empreendimento, tomando as medidas necessárias, de acordo com a sua capacidade econômico-financeira, para a implantação do Plano.

O Governo do Estado do Paraná, aceitando esse honroso convite, colocou-se ao lado do Governo da Nação para, juntos, enfrentarem "o problema cuja solução desafia ainda os países econômica e tecnologicamente mais avançados".

z Assim é que, em 13 de fevereiro passado, o saudoso Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, assinou com o Banco Nacional da Habitação — BNH — um Protocolo de Intenção, definindo as atribuições e compromissos recíprocos decorrentes da adoção e execução do PLANHAP.

O Paraná, com a celebração desse Protocolo de Intenção, assumiu a posição de um dos Estados pioneiros na adesão ao Plano lançado pelo Presidente da República.

O PLANHAP, além do seu escopo principal relativo à habitação, visa também atender obras de interesse das comunidades, tais como prédios para educação, saúde e segurança pública; áreas e equipamentos de recreação; serviços públicos de pavimentação, abastecimento de água, esgotos sanitários e comunicações; financiamento para a pequena indústria artesanal e comércio de primeira necessidade.

O PLANHAP, em suas diretrizes básicas beneficiará a população localizada em cidades com mais de 50.000 habitantes, em áreas metropolitanas, em regiões de desenvolvimento global polarizado ou em cidades cujo crescimento demográfico será considerado superior às tantas outras cidades.

Atualmente 69 cidades paranaenses enquadram-se em um ou mais dos itens citados.

Em decorrência do Protocolo de Intenção e da grande gama de atendimento previsto no PLANHAP, esta Secretaria de Estado, juntamente com a Secretaria da Fazenda e a COHAPAR, executou estudos que culminaram com a elaboração do anexo anteprojeto de lei no qual estão consubstanciadas as diretrizes básicas de ação dos órgãos estaduais com vistas à implantação do PLANHAP no Estado do Paraná.

A próxima ação do Governo do Estado, deverá ser a transformação do anexo anteprojeto de Lei.

Esta Lei autorizará especificamente, a criação de um Fundo de Habitação Popular — FUNDHAP — com recursos oriundos do Governo do Estado e do Banco Nacional da Habitação — BNH.

Prevê também a Lei, a abertura inicial de crédito especial até o valor de 167.640 UPC (cento e sessenta e sete mil seiscientos e quarenta unidades padrão de capital) equivalente a Cr\$ 12.707.120,00 (doze milhões setecentos e sete mil e cento e vinte cruzeiros).

A Lei autorizará ainda o Governo do Estado a contrair empréstimos, junto ao BNH, até o valor máximo de 857.120 UPC (oitocentos e cinquenta e sete mil cento e vinte unidades padrão de capital do BNH) que corresponde a Cr\$ 64.969.690,00 (sessenta e quatro milhões novecentos e sessenta e nove mil, seiscientos e noventa cruzeiros). Autorizará também, a garantir empréstimos concedidos pelo BNH a entidades de administração indireta do Estado, inclusive COHABs e municípios, até o decuplo do valor acima citado.

Os valores aqui previstos, foram estabelecidos para aplicações no 1.º triênio e abrangem as atividades da COHAPAR, COHAB-CT e COHAB-LD.

Essas três entidades com a aprovação da lei, terão possibilidade de construir perto de 14.000 residências populares no triênio considerado.

Valendo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Anexos: Minuta de Anteprojeto de Lei

Cópia do Protocolo de Intenção firmado entre o Governo do Estado e o BNH para implementação do PLANHAP.

Eng. Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Estado.

Excelentíssimo Senhor Doutor Emílio Hoffmann Gomes
Digníssimo Governador do Estado do Paraná
PALACIO IGUAÇU

O Banco Nacional da Habitação, adiante designado BNH, por seus representantes abaixo assinados, e o Estado do Paraná, representado por seu Governador, Pedro Parigot de Souza,

CONSIDERANDO

I — A necessidade de assegurar a rápida implementação, no ESTADO, do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), instituído pelo Excelentíssimo

senhor Senhor Presidente da República, em pronunciamento de 23 de janeiro último, cujas diretrizes básicas foram aprovadas pela Resolução n.º 1-73, do Conselho de Administração do BNH;

II — A importância do PLANHAP como instrumento hábil para assegurar uma ampla participação social nos benefícios do desenvolvimento, através do acesso das populações de mais baixo nível de renda à casa própria e aos serviços públicos essenciais, assim como para permitir que o processo de urbanização se realize dentro de padrões de eficiência crescente, mediante a utilização das técnicas do planejamento urbano e a mobilização dos recursos financeiros requeridos para a consecução de tal objetivo;

III — A conveniência de assegurar uma estreita coordenação das atividades do governo federal, através do BNH, e do sistema administrativo estadual, através de seus órgãos da administração direta e indireta,

RESOLVEU:

celebrar o presente Protocolo de Intenção, com a finalidade de definir as atribuições e compromissos do BNH e do ESTADO na adoção e execução do PLANHAP.

O ESTADO manifesta, por este instrumento, sua adesão ao PLANHAP e ao Sistema Financeiro de Habitação Popular (SIFHAP), comprometendo-se a adotar, na área de sua competência, as medidas previstas na Resolução 1-73, do Conselho de Administração do BNH e das normas complementares para a implantação dos mecanismos financeiros, técnicos e administrativos requeridos pelo PLANHAP e pelo SIFHAP.

2. — Em função do item anterior, o ESTADO se compromete a pôr em prática as seguintes medidas:

2.1. mobilizar a COHAB e o sistema Estadual de planejamento para elaborarem, no menor prazo possível, que lhe será indicado pelo BNH, o PLANHAP para o Estado, no qual deverão figurar, obrigatoriamente, os seguintes itens:

2.1.1. — levantamento das necessidades habitacionais do ESTADO no período de 1973-1992, na faixa de renda regular entre um e três salários mínimos, de maneira a garantir a eliminação do deficit atual e o atendimento da demanda das novas famílias, preferencialmente nas cidades de mais de 50 mil habitantes, nas situadas em áreas metropolitanas ou regiões de desenvolvimento urbano polarizado, nas cidades, cuja população esteja crescendo, a taxas superiores às constatadas para as anteriormente indicadas e nas cidades onde seja viável a construção de habitações isoladas, em terrenos já pertencentes aos possíveis beneficiários de financiamentos da COHAB;

2.1.2. — dimensionamento preliminar dos custos-padrão das habitações a serem construídas;

2.1.3. — levantamento das áreas urbanas utilizáveis para edificação de conjuntos habitacionais com indicação dos aspectos sócio-econômicos que justifiquem sua possível utilização para os fins do PLANHAP.

2.1.4. — estimativa preliminar dos investimentos em infra-estrutura (água, esgoto, energia, pavimentação e outros) e em equipamentos comunitários (escolas, centros de treinamento profissional, ambulatórios, centros de recreação, telefones públicos, agências postais e telegráficas, serviços de segurança e outros), requeridos para a utilização das áreas indicadas no item anterior;

2.1.5. — estimativa preliminar dos investimentos totais previstos no Plano e esboço do respectivo financiamento;

2.1.6. — ordem de prioridade dos projetos previstos no Plano;

2.1.7. — cronograma preliminar da execução do Plano;

2.1.8. — esquema técnico-administrativo para acompanhamento permanente do Plano.

2.2. — instituir, nas condições que vierem a ser definidas de comum acordo com o BNH, o Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDHAP), mediante a destinação anual de recursos orçamentários ou de outras fontes, suficientes para financiar a participação do ESTADO na execução do PLANHAP, cuja parcela obrigatória anual não deverá exceder de 2% da Receita Tributária Estadual do exercício correspondente.

2.3. — participar, com o BNH, na constituição de Fundos ou outros instrumentos financeiros que venham a ser estabelecidos pelo Banco para garantia das operações ativas da COHAB;

2.4. — promover, a partir de estudo de viabilidade nos moldes indicados pelo BNH, a revisão, atualização e, se necessário, a reestruturação da COHAB, de maneira a habilitá-la a cumprir, com eficiência, as funções de agente financeiro do PLANHAP na área estadual, especialmente no que se refere a:

2.4.1. — observância de padrões e índices administrativos e operacionais aprovados pelo BNH;

2.4.2. — adoção de estatutos padronizados, aprovados pelo BNH, os quais definirão as responsabilidades e atribuições de cada órgão da estrutura da empresa;

2.4.3. — implantação, em prazo a ser conveniado com o BNH e com a assistência técnica deste, do sistema padronizado de contabilidade das COHABs, de sistema integrado e permanente de fiscalização e controle da execução dos projetos, de comercialização das unidades habitacionais e de recuperação dos créditos concedidos;

2.4.4. — treinamento e aperfeiçoamento permanente do pessoal técnico e administrativo da COHAB, inclusive com assistência técnica do BNH, ao qual o ESTADO assegura, desde logo, a presença de representantes da COHAB, nos cursos e seminários promovidos pelo Banco para os fins aqui previstos;

2.4.5. — fornecimento regular, com a periodicidade definida pelo BNH, das informações que este venha a julgar necessárias ao cumprimento dos objetivos do PLANHAP e ao acompanhamento dos projetos financiados pelo Banco;

2.5. — mobilizar os serviços de instituição financeira estadual, a ser definida de comum acordo com o BNH, para a gestão do FUNDHAP, assim como para atuar como agente financeiro das operações que venham a ser contratadas pelo ESTADO, Município e empresas concessionárias de serviço público estadual ou municipal, dentro do PLANHAP;

2.6. — determinar aos órgãos e empresas estaduais administradores ou concessionários de serviços públicos, que adotem as providências necessárias para elaboração e execução, inclusive com financiamento do BNH, dos projetos e obras de infra-estrutura física (água, esgotos, energia elétrica) ou de equipamentos comunitários (escolas, centros de treinamento profissional, ambulatórios, centros de recreação, telefones públicos, agências postais e telegráficas, serviços de segurança e outros), requeridos pelos conjuntos habitacionais incluídos no PLANHAP estadual;

2.7. — implantar as normas de fiscalização e controle necessárias para que as despesas de custeio da COHAB se mantenham dentro dos limites a serem acordados com o BNH, responsabilizando-se o ESTADO pela cobertura dos "deficits" eventuais ou perdas operacionais que vier a sofrer a COHAB, de maneira a assegurar a integridade, em termos reais, do respectivo realizável;

2.8. — adotar, de acordo com anteprojeto sugerido pelo BNH, as providências legais e regulamentares que permitam o cumprimento das responsa-

bilidades financeiras, técnicas e administrativas do ESTADO na execução do PLANHAP.

3. — O Banco Nacional da Habitação (BNH), por sua parte, assume os seguintes compromissos:

3.1. — prestar assistência técnica ao ESTADO e à COHAB na elaboração e execução do PLANHAP estadual;

3.2. — prestar assistência técnica à COHAB nos trabalhos de revisão e atualização de sua estrutura técnica, financeira e administrativa, requeridos para sua plena e eficiente atuação como agente promotor e agente financeiro do PLANHAP, notadamente em relação aos seguintes fins:

3.2.1. — adoção de sistema padronizado de contabilidade;

3.2.2. — reformulação dos Estatutos;

3.2.3. — organização de serviço permanente de inscrição e controle de pretendentes à casa própria;

3.2.4. — implantação de sistema integrado e permanente de fiscalização e controle de execução de projetos, de comercialização de unidades habitacionais e de administração dos créditos concedidos;

3.2.5. — implantação de sistema de cadastramento e fornecimento periódico de informações julgadas de interesse pelo BNH;

3.3. — contribuir para a constituição do FUNDHAP do ESTADO na forma regulamentar.

3.4. contribuir para a constituição de Fundos ou outros instrumentos financeiros, a serem definidos pela sua Diretoria, para garantia das operações ativas da COHAB;

3.5. conceder à instituição financeira estadual que o ESTADO, de comum acordo com o Banco, designar como agente financeiro, empréstimos para repasse ao Governo do ESTADO, aos governos municipais, a entidades estaduais e municipais de administração direta e indireta, e a empresas concessionárias de serviços públicos, com a finalidade de permitir integralização mais rápida do FUNDHAP estadual e a execução de obras de infra-estrutura, equipamentos comunitários e habitações transitórias;

3.6. conceder à COHAB, nos termos da RC 1.73 e normas complementares, empréstimos como nos abaixo indicados e outros que vierem a ser instituídos pelo Banco;

3.6.1. financiamentos para produção e comercialização de habitações;

3.6.2. financiamentos para ampliação e melhoria de habitações construídas com recursos do BNH;

3.6.3. financiamento de capital de giro;

3.6.4. financiamento para edificação e venda, a prazos, preços e juros de mercado, de instalações comerciais e de serviços necessários aos conjuntos habitacionais do ESTADO;

3.6.5. empréstimos de solvência ou de liquidez;

3.7. renegociar os créditos concedidos à COHAB, que se encontravam "em ser", a 23 de janeiro de 1973, nas condições a serem fixadas pela Diretoria do BNH, após a análise da situação econômico-financeira e da estrutura técnico-administrativa da COHAB;

3.8. permitir à COHAB a cobrança das taxas e/ou emolumentos previstos na RC 1.73 e normas complementares, na forma que vier a ser regulamentada;

3.9. receber, em depósito, no BNH, com juros e correção monetária, recursos pertencentes às entidades estaduais integrantes do STEHAP, nas condições que vinham a ser definidas pela Diretoria do Banco;

3.10. incluir a COHAB entre as possíveis beneficiárias dos incentivos a serem estabelecidos no Programa de Estímulo do PLANHAP (PEP), em estruturação.

4. O ESTADO e o BNH disciplinarão e implantarão todas as medidas e providências de que trata este Protocolo, através de convênios e contratos complementares, observadas as normas gerais que o BNH fixar para a execução do PLANHAP no país.

Por estarem de acordo com os termos do presente Protocolo, é o mesmo firmado pelos representantes legais do ESTADO e DO BNH, na cidade de Curitiba, aos 13 de fevereiro de 1973.

as. ilegível — Pelo Banco Nacional da Habitação

as. ilegível — Pelo Estado do Paraná

TESTEMUNHAS:

as. ilegível

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RC N.º 1.73

Aprova as diretrizes básicas do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP), institui o Sistema Financeiro da habitação popular — (SIFHAP) e autoriza a criação de Fundos Estaduais de Habitação Popular (FUNDHAP).

O Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação, em reunião realizada a 23 de janeiro de 1973, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, da Lei 4380, de 21 de agosto de 1964 e tendo em vista o disposto no art. 1.º, da Lei 5762, de 14 de dezembro de 1971.

Considerando a responsabilidade do BNH, no atendimento às necessidades habitacionais das populações urbanas de menor renda regular;

Considerando a necessidade de ser institucionalizado sistema para mobilizar e aplicar, de forma flexível, dinâmica e permanente, os recursos que permitam eliminar sub-habitações existentes e ensejar oferta planejada e contínua de unidades residenciais para atender à demanda da população com renda regular entre um e três salários mínimos regionais.

RESOLVE:

Instituir o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), o Sistema Financeiro de Habitação Popular (SIFHAP) e os Fundos Estaduais de Habitação Popular (FUNDHAPs), para implantação e operação de acordo com as diretrizes básicas desta Resolução e respectivas normas complementares.

2. O PLANHAP destina-se a promover permanentemente, de forma atualizada, a ascensão social das famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais, permitindo, em relação a esta faixa de rendas:

2.1 — eliminar o "déficit" de habitações no país, no prazo de dez anos;

2.2 — atender a demanda de habitações das novas famílias;

2.3 — proporcionar condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;

2.4 — apoiar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento comunitário.

O PLANHAP será formulado a níveis nacional, estadual, regional e municipal, e os respectivos programas e projetos contemplarão a construção e melhoria de habitações de valor não superior a 320 UP, localizadas em:

3.1 — cidades com mais de 50.000 habitantes;

3.2 — áreas metropolitanas ou regiões de desenvolvimento urbano polarizado, definidas em legislação federal ou assim conceituadas, para fins ope-

racionais, pela Diretoria do BNH;

3.3 — cidades, não incluídas nas categorias anteriores, cuja população esteja crescendo a taxas superiores às consideradas normais, para áreas assemelhadas, pela Diretoria;

3.4 — áreas onde seja viável a construção de habitações isoladas, em terrenos já pertencentes aos mutuários finais.

Integram o Sistema Financeiro de Habitação Popular (SIFHAP), disciplina dor e coordenador da atuação das entidades federais, estaduais e municipais que intervenham na execução do PLANHAP:

4.1 — o BNH, na qualidade de órgão central e normativo, como representante do Governo Federal;

4.2 — os Governos Estaduais;

4.3 — os Governos Municipais;

4.4 — as Companhias de Habitação Popular (COHABs), ou órgãos assemelhados, na qualidade de Agentes Promotores;

4.5 — os Agentes Financeiros admitidos pela Diretoria do BNH, preferencialmente as COHABs e as instituições financeiras estaduais ou oficiais;

4.6 — outras entidades públicas e privadas, a critério da Diretoria do BNH.

5. Os recursos para implantação e operação do SIFHAP serão mobilizados nos níveis federal, estadual e municipal.

5.1 — A participação do Governo Federal no SIFHAP se dará através dos recursos ordinários do BNH ou oriundos de dotações orçamentárias específicas que vier a destinar a este fim ou, ainda, de empréstimos internos e externos compatíveis com as normas operacionais do PLANHAP.

5.2 — A participação dos Governos Estaduais e Municipais no SIFHAP se dará com recursos oriundos de sua receita ordinária, ou observados os limites e condições estabelecidas nesta Resolução e suas normas complementares.

6. Os Fundos Estaduais de Habitação Popular (FUNDHAPs), instituídos no item 1, instrumentos financeiros permanentes e auto sustentáveis, disciplinados pelo BNH, serão constituídos e operados de modo a prover recursos suficientes ao atendimento dos objetivos do PLANHAP, no âmbito de cada Estado, cabendo-lhes:

6.1 — co-participar com o BNH, do financiamento de programas e projetos executados pelas COHABs;

6.2 — suprir as necessidades financeiras das COHABs, segundo normas e critérios baixados pela Diretoria do BNH.

7. Os FUNDHAPs serão constituídos segundo normas baixadas pela Diretoria do BNH, que regularão:

7.1 — forma de integralização e de gestão;

7.2 — órgão gestor e respectivas atribuições;

7.3 — responsabilidades e direitos dos participantes.

8. A execução do PLANHAP e a constituição do FUNDHAP, em cada Estado, serão precedidas de convênios entre o BNH e as entidades interessadas, nos quais se especificarão:

8.1 — objetivos a atingir e respectivos prazos;

8.2 — responsabilidades técnicas, administrativas e financeiras das partes convenientes e das entidades que vierem a aderir ao convênio;

8.3 — obrigação para o Estado de cobrir e/ou cobrir, eventuais excessos de despesas e as perdas nas operações realizadas pelas COHABs, mantendo íntegro, em termos reais, o respectivo realizável;

8.4 — órgão gestor do FUNDHAP;

8.5 — normas gerais e que estarão sujeitas a integralização e operação do FUNDHAP;

8.6 — estímulos do BNH à constituição e operação do FUNDHAP e condições para acesso a tais estímulos.

9. O valor de cada FUNDHAP será função dos programas habitacionais a executar, na respectiva área de atuação, e sua integralização que será feita à medida da execução daqueles programas, cabendo:

9.1 — aos Governos Estaduais e Municipais, em função dos programas e projetos a executar nas respectivas áreas;

9.2 — ao BNH, em valor equivalente ao diferencial de juros de 1% a.a. sobre os empréstimos que realizar, dentro do PLANHAP, em cada Estado;

10. A participação obrigatória anual do Estado no respectivo PLANHAP será programada de forma a que não exceda de 2% da Receita Tributária Estadual (RTE) anual, incluídas neste limite as responsabilidades financeiras que vier a assumir com vistas a execução do PLANHAP.

11. O Estado poderá prescindir da participação dos Municípios para integralizar o FUNDHAP.

12. Os Municípios, para antecipar a execução de programas e projetos do PLANHAP, nas suas respectivas áreas poderão participar do FUNDHAP até o valor necessário a que este proporcione os financiamentos previstos nesta Resolução, observados os limites específicos fixados, em cada caso, pela Diretoria do BNH.

O BNH poderá conceder a instituições financeiras estaduais ou oficiais, para empréstimos a Estados e Municípios, financiamentos que lhes permitam integralizar mais rapidamente o FUNDHAP, de acordo com as normas a serem baixadas pela Diretoria do BNH e observadas as seguintes condições gerais:

13.1 — Valor: Compatível com a percentagem da Receita Tributária Estadual (RTE) comprometida na execução do PLANHAP e com a RTE "per capita".

13.2 — Juros: Até 8%, em função da RTE "per capita".

13.3 — Prazo de Carência: Igual ao período de amortização, acrescido de até 12 meses.

13.4 — Prazo de Amortização: Até 20 anos.

Os empréstimos de que trata o item anterior serão concedidos de modo a que, relativamente à execução do PLANHAP:

14.1 — As responsabilidades financeiras obrigatórias do Estado não excedam 2% da sua RTE;

14.2 — as obrigações financeiras anuais dos municípios se comportem dentro de limites julgados razoáveis, em cada caso, pela Diretoria do BNH.

No Estado em que for constituído o FUNDHAP, nos termos desta Resolução, o BNH poderá conceder, além da participação referida no item 1.7 e dos empréstimos definidos nos itens 13 e 14, os seguintes estímulos:

15.1 — empréstimos para construção e operação de habitações transitórias;

15.2 — empréstimos para aplicação pelas concessionárias de serviços públicos e pelos órgãos da administração direta, estaduais e municipais, em obras e serviços de infra-estrutura e equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, inclusive para efeito de ampliar a integração destes em malhas urbanas a que estiverem vinculados;

15.3 — empréstimos às COHABs para edificação e venda, a prazos, preços e juros de mercado, de instalações comerciais em conjuntos habitacionais;

15.4 — admissão em depósito, ao próprio BNH, com juros e correção monetária, de recursos pertencentes às entidades integrantes do SIFHAP;

15.5 — assistência técnica às COHABs do Estado para ampliar os respectivos viabilidades técnicas, econômica e financeira.

16. Os empréstimos de que trata o item anterior serão concedidos nas condições estipuladas pela Diretoria do BNH, observados, no que couber, os limites constantes do item 13.

17. A execução do PLANHAP, em cada Estado, caberá às Companhias de Habitação Popular (COHABs) e órgãos assemelhados, credenciados pelo BNH e a este subordinados tecnicamente, de modo especial para os seguintes fins:

17.1 — observância de normas administrativas, padrões e custos operacionais de eficiência crescente, respeitados limites de operações ativas e passivas e índices mínimos de liquidez e solvabilidade;

17.2 — padronização contábil;

17.3 — subordinação a sistema integrado e permanente de controle e fiscalização, inclusive no que respeita ao provimento de cargos de direção e à prestação de informações periódicas.

18. As COHABs admitidas pelo BNH como Agentes Promotores e Agentes Financeiros do PLANHAP terão acesso aos empréstimos indicados no item 15.3 e aos estímulos abaixo discriminados:

18.1 — renegociação global dos créditos "em ser", à data desta Resolução, nas condições fixadas pela Diretoria do BNH, desde que assegurada a transferência, aos mutuários finais, das vantagens derivadas de tal renegociação, sem prejuízo da cobertura das despesas normais de manutenção da própria COHAB, inclusive através de diferencial de juros;

18.2 — financiamento integral de programas e projetos habitacionais;

18.3 — empréstimos de capital de giro;

18.4 — empréstimos para solvência e liquidez, a juros mínimos de 2% a.a., observados os limites, valores, condições e contrapartidas estabelecidas pela Diretoria, em cada caso.

19. Os empréstimos do BNH e dos FUNDHAPs às COHABs, referidos nos itens 18.2 e 18.3, estarão subordinados às normas operacionais do BNH e observarão as seguintes condições gerais:

19.1 — empréstimos para produção e comercialização de habitações;

19.1.1. Valor: Equivalente aos investimentos totais incidentes, inclusive despesas de planejamento, fiscalização e administração, quando não superiores a 6% daqueles.

19.1.2. Participação do BNH: Em função inversa do valor unitário médio das habitações compreendidas em cada projeto financiado, de acordo com os coeficientes que a Diretoria estabelecer.

19.1.3. Participações do FUNDHAP: Equivalente à diferença entre a participação do BNH e o valor total referido no item 19.1.1.

19.1.4. Prazos e Juros: Os fixados na RD-68-71 e respectivas alterações, observada carência não superior a 12 meses, contados da data aprovada pelo BNH para conclusão das obras.

19.2. Empréstimos para ampliação e melhoria de habitações financiadas pelo BNH, através da própria COHAB:

19.2.1. Valor: Mínimo de 2.000 UPC, desembolsável parceladamente e consolidado uma vez por ano.

19.2.2. Juros: 1% a.a.

19.2.3. Prazo de Carência: 6 meses, a partir da consolidação.

19.2.4. Prazo de Amortização: Equivalente à média, ponderada dos prazos concedidos pela COHAB aos mutuários finais, adotado, no caso de fração de ano, o número inteiro de anos imediatamente superior.

19.3. empréstimos de capital de giro, com garantia solidária da entidade pública titular do controle acionário da COHAB e/ou de instituições financeiras estaduais ou oficiais;

19.3.1. Valor: Até 10% dos retornos ao BNH e/ou ao FUNDHAP, a que a COHAB estiver obrigada, nos 12 meses seguintes.

19.3.2. Forma de Desembolso: Em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

19.3.3. Prazo de Amortização: 3 anos, em parcelas mensais iguais e sucessivas, exigíveis a partir do mês imediatamente posterior ao último desembolso.

19.3.4. Juros: 2% a.a.

19.3.5. Condições de acesso da COHAB a este tipo de empréstimo: Estar em dia nas suas obrigações perante o BNH e o FUNDHAP, inclusive no que respeita às exigências técnicas, administrativas e operacionais que lhe forem formuladas e não haver tomado empréstimo semelhante nos doze meses anteriores.

20. Os empréstimos das COHABs aos mutuários finais, dentro do PLANHAP, observarão as condições gerais constantes das normas operacionais do BNH e as seguintes normas específicas:

20.1. para aquisição de habitações:

20.1.1. Prazos e Juros: Os fixados na RD-68-71 e respectivas alterações;

20.1.2. Taxa de Cobrança e Administração (TCA): Até 0,05 da prestação;

20.1.3. Taxas de Apoio Comunitário (TAC): Até 0,03 da prestação.

20.2 Para ampliação e/ou melhoria de habitações:

20.2.1. Valor: Até 120% do valor dos materiais de construção a serem utilizados, observados o limite individual máximo de 60 UPC e o percentual de comprometimento máximo da renda familiar.

20.2.2. Desembolso: Nas condições indicadas nas normas complementares a esta Resolução.

20.2.3. Juros: Os vigentes para o empréstimo original.

20.2.4. Prazo de Carência: 1 ano.

20.2.5. Prazo de Amortização: Equivalente ao restante, do prazo de empréstimo original, menos o período indicado no item 20.2.4.

20.2.6. Taxas de Cobrança e Administração (TCA) e de Apoio Comunitário (TAC): As indicadas nos itens 20.1.2 e 20.1.3.

20.2.7. Condições indispensáveis para acesso do mutuário a este tipo de empréstimo: Ter sido pontual no pagamento de empréstimo original, há pelo menos, 12 meses, e não haver tomado empréstimo semelhante, nos últimos três anos.

21. Os empréstimos previstos nesta Resolução terão as garantias estabelecidas na legislação básica e nas normas operacionais do BNH somente podendo ser dispensada garantia real quando se caracterizar sua inviabilidade e os recursos aplicáveis não constituírem exigível do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

22. A Diretoria do BNH, com vistas a ampliar a eficiência operacional das COHABs:

22.1. disciplinará a organização e a forma de custeio dos serviços permanentes de inscrição de pretendentes à casa própria, a serem mantidos pelas COHABs, permitindo-lhes cobrança de taxa de inscrição não superior a 10%

do salário mínimo local e taxa de transferência de imóveis não superior a 0,5% do valor original do imóvel, em UPC;

22.2. estimulará a fusão de COHABs situadas no mesmo Estado, sempre que recomendável;

22.3. adotará normas que conduzam as COHABs a constituírem, em depósito no próprio BNH, reservas financeiras para manutenção e operação, estimadas de acordo com os níveis de aplicação e custeio de cada COHAB;

22.4. disciplinará o Programa de Estímulo do PLANHAP (PEP) que fica desde logo criado, com o fim de incentivar o desenvolvimento do PLANHAP, podendo ser executado através de subprogramas.

22.5. estruturará mecanismo de garantia das operações ativas das COHABs, nas condições que definir.

23. As operações entre o BNH e as COHABs, até a efetiva constituição dos FUNDHAPs, instituídas nesta Resolução, serão disciplinadas pelas normas em vigor e pelas normas transitórias que a Diretoria baixar, em consonância com os princípios desta Resolução.

24. Os atos complementares a esta Resolução serão baixados pela Diretoria ou por quem esta designar.

25. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1973.

RUBENS VAZ DA COSTA — Presidente

EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES DO PLANHAP

ESTADO: PARANÁ

VUI: 191 UPC

Participação direta do BNH nos investimentos habitacionais: 79,6%

FUNDHAP				Retorno				BNH		TOTAL		ESTADO	
Integralização												NU	% Anual
Ano	Integ.	Financ.	Total	RF	DIF	Aplicações	Ativo	Aplicações	Investimento	S	Ac		Despendio
	Direta	Supl.				6	7	8	9	10	11	12	
1	116	49	165	—	—	165	165	644	809	4.240	4.240	0,66	
2	121	52	173	11	6	190	349	744	934	4.894	9.134	0,68	
3	127	55	182	23	14	219	554	853	1.072	5.616	14.752	0,71	
4	134	57	191	36	22	249	780	974	1.223	6.403	21.180	0,73	
5	141	60	201	53	30	284	1.031	1.106	1.390	7.283	28.443	0,75	
6	148	63	211	70	40	321	1.308	1.252	1.573	8.243	36.626	0,77	
7	155	66	221	90	51	362	1.613	1.412	1.774	9.296	45.982	0,79	
8	163	70	233	112	63	403	1.949	1.588	1.996	10.452	56.441	0,81	
9	171	73	244	137	76	457	2.317	1.781	2.238	11.727	58.168	0,83	
10	179	77	256	165	90	511	2.722	1.992	2.502	13.114	81.232	0,85	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 293-73

— Trata o presente projeto, oriundo da Mensagem n.º 107-73, da participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação Popular, tendo por objetivos básicos eliminar o "deficit" estadual de habitação para famílias com renda entre um e três salários mínimos regionais, num período de 10 anos, e atender à demanda adicional de habitações que venha a ocorrer, na mesma faixa de renda.

— Não há dúvidas de que a mensagem governamental consubstancia matéria de relevante interesse público e social, merecendo total acolhida nesta Comissão, tanto pela sua indiscutível importância e oportunidade, como pela constitucionalidade de que se reveste.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 293-73, que dispõe sobre participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP —, e dá outras providências, encaminhado para cumprimento de dispositivo constitucional a este Poder Legislativo através da Mensagem Governamental n.º 107-73, de 29 de novembro de 1973.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls., já pronunciou-se pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, definindo-a, ainda, como de relevante interesse público e social e, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio e embora reconhecendo a vultuosidade do investimento a que se obrigará o Governo do Estado para cumprimento da responsabilidade assumida, entendendo-a como ônus de natureza social a que não pode omitir-se o Poder Público e, por isso, não há como negar um pronunciamento favorável ao Projeto de Lei epígrafado.

Pela APROVAÇÃO é o Parecer s.m.j.

Sala das Comissões 23 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Hatschbach. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Edward Resende Pimenta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Eduardo Santos Lima — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Zilda Cruz de Almeida, ocorrido na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do

Expediente, solicitando voto de regozijo ao Colorado E. Clube, pela brilhante campanha desenvolvida no exterior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Poder Judiciário para que, quando da proposta da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, inclua a criação de mais uma Vara no Juízo de Direito da Comarca de Arapongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Resolução n.ºs. 60-73, 18-74 e 21-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 4, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60-73, marcando ainda, uma Sessão Ordinária para amanhã, dia 4, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 72-73 — 5-74 — 12-74 e de Lei n.ºs. 278-70 e 162-71.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 250-71 — 38-72 — 92-72 — 169-72 — 182-72 — 184-72 — 90-73 — 271-73 e 293-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 205-72 — 73-73 — 151-73 — 172-73 e 227-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 129-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3562-74, de 02 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARIA LEONILDA ROCHA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 06 de maio de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1974

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 130-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3620-74, de 06 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

antecipar trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1974, concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a FRANCISCO OLIVEIRA BINI, para 07 de maio de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 131-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

designar o funcionário ATILIO PEREIRA DE LIMA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2.a Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1974

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 132-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

designar SCZEPAN ILNICK, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 133-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.168-74, de 23 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

designar LUIZ FRANCISCO FONTOURA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência a partir de 1.º de maio de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 134-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2778-74, de 15 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

designar o funcionário OSCAR AUGUSTO DE PLACIDO E SILVA LIMA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Haroldo Bianchi, a partir de 1.º de abril de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 135-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3401-74, de 29 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a AYRTON PRECOMA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 136-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3524-74, de 06 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, JOSE ELIAS MARTINS e MAURICIO GONÇALVES, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 137-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3583-74, de 03 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a ALZEMIRO ARTIGAS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 138-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3539-74, de 02 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 374, de 15 de janeiro de 1974, a DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 139-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3856-74, de 13 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

designar a funcionária ELOAH MARTINS QUADRADO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 140-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3856-74, de 13 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

designar o funcionário ARTHUR OSCAR CORREIA BRAGA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Fabiano Braga Cortes.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 141-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3464-74, de 30 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a GILBERTO LAMPARELLI e LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 142-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3681-74, de 06 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a SEBASTIAO DE CRISTO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 143-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3378-74, de 29 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a ANTONIO JOAO GREBER, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 144-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3488-74, de 30 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO e CELLY EUCLEIA GALLIANO ANDRADE, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral